

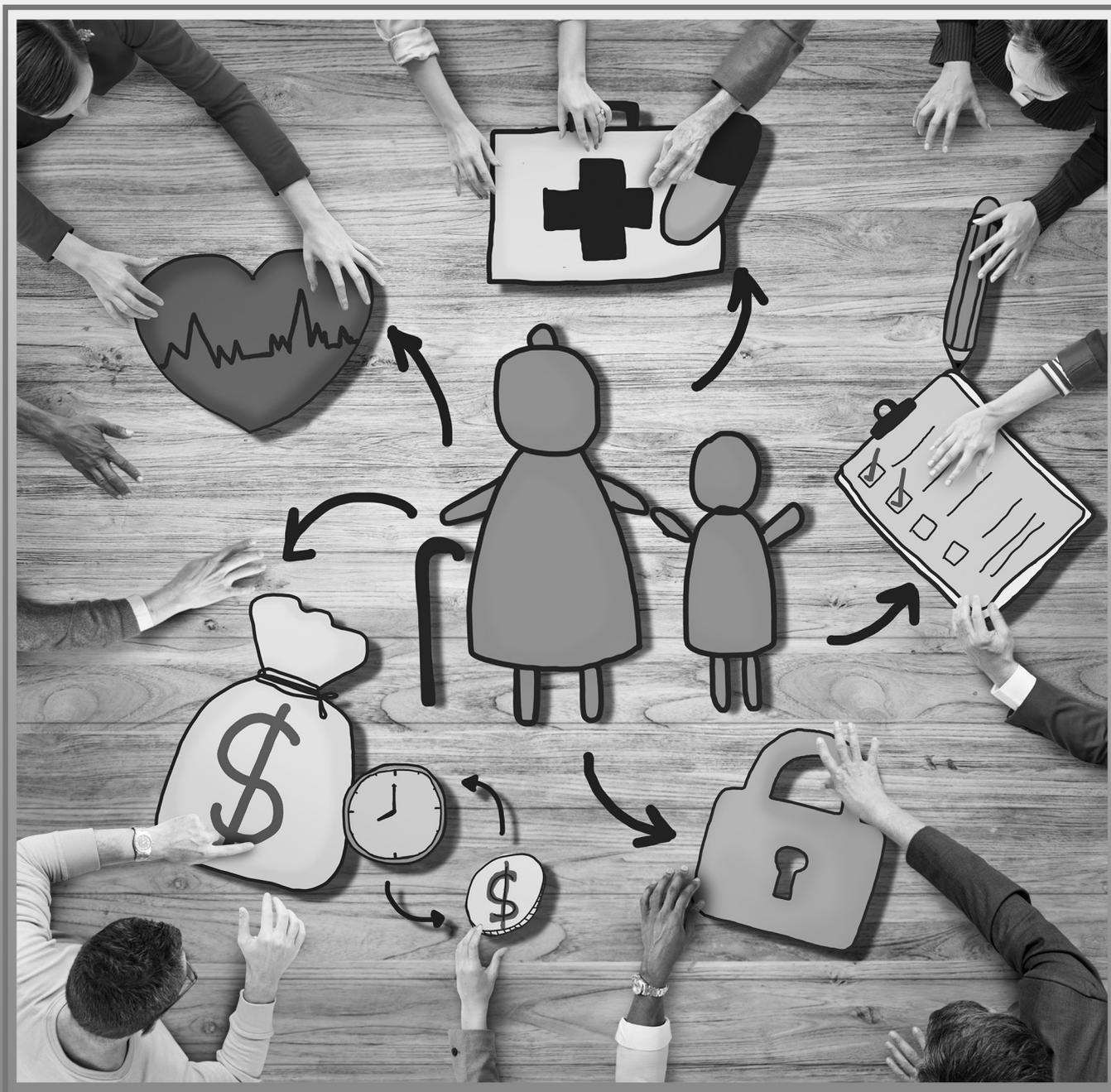


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Edição de Arte

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8 76

FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Débora Holanda Leite Menezes
Maurício Caetano Matias Soares

DOI 10.22533/at.ed.3402029078

CAPÍTULO 9 87

A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO

Patrícia Quinto Santos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.3402029079

CAPÍTULO 10 99

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Amanda dos Santos Silva
Midiã Olivia Bentes Sant'ana
Priscila Elen Souza Oliveira
Yasmin Thais Soares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.34020290710

CAPÍTULO 11 112

RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO

Francisco das Chagas dos Santos Alves
Aldení Gomes de Araújo Júnior
Luan Alexandre da Silva Dantas
Vanessa Amancio da Silva
Hiorrana Larissa da Silva
Flaviana Fernandes Martins
Mariana Dantas
Maria do Rosário Santos

DOI 10.22533/at.ed.34020290711

CAPÍTULO 12 122

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS

Jailma da Costa Batista
Ranyellen Félix de Souza
Felicidade Dayana Monteiro Dias
Andressa Cassiano de Araújo
Francely dos Santos Moura

DOI 10.22533/at.ed.34020290712

CAPÍTULO 13 132

TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

DOI 10.22533/at.ed.34020290713

CAPÍTULO 14 141

DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

Maria Auxiliadora de Castro Coutinho

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Solange Maria Teixeira

Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e da graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Políticas Públicas com pós-doutorado em Serviço Social; bolsista de produtividade do CNPq.

Artigo decorrente de pesquisa financiada pelo CNPq, edital Universal/2018.

RESUMO: O envelhecimento é um processo biopsicossocial, marcado por heterogeneidades e determinadas homogeneidades decorrentes de demarcadores socioeconômicos e socioculturais, como classe, gênero, raça-etnia que afetam o biológico, o psicológico e o cronológico, interagindo entre si e se codeterminando. Nos deteremos neste artigo no envelhecimento da classe trabalhadora e das frações de classes que viveram e vivem no mundo da superpopulação relativa, dos excedentes e excluídos das relações de trabalho formal. Com destaque para a proteção social dirigida a esse segmento, como a política de assistência social destacando seus avanços

e recuos na atual conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Superpopulação relativa; política de Assistência Social.

ABSTRACT: Aging is a biopsychosocial process, marked by heterogeneities and certain homogeneities arising from socioeconomic and socio-cultural landmarks, such as class, gender, race-ethnicity that affect the biological, psychological and chronological, interacting with each other and co-terminating. We will dwell here on the aging of the working class and the fractions of classes that have lived and live in the world of relative overpopulation, surplus and excluded from formal labor relations. With emphasis on social protection aimed at this segment, such as social assistance policy highlighting its advances and setbacks in the current environment.

KEYWORDS: Aging; Relative overpopulation; social assistance policy.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar parte dos resultados de uma pesquisa em andamento sobre “Envelhecimento e proteção social da assistência social: análise

dos serviços socioassistenciais para as pessoas idosas”. Trata-se, ainda da pesquisa bibliográfica que posteriormente se somará a documental e a de campo.

Apresenta uma perspectiva de análise baseada no método histórico dialético, especialmente nas relações entre singularidade, particularidade e totalidade do fenômeno envelhecimento. Visa analisar o envelhecimento e a política de assistência social numa perspectiva de totalidade social, superando as aparências e mediante mediações e determinações chegar a uma visão mais ampla do objeto, na sua essência.

2 | ENVELHECIMENTO HUMANO: UM PROCESSO DIFERENCIAL E UNIVERSAL

O envelhecimento é um processo biopsicossocial, multidimensional, complexo e heterogêneo, embora também apresente elementos comuns, universalizante nos grupos de populações. Apesar da Gerontologia partir dessa definição de envelhecimento enquanto processo biopsicossocial, poucas análises conseguem ultrapassar o universalismo abstrato e a-histórico, com predominância das análises biológicas e cronológicas ou demográficas. Mas, contrário a uma leitura demográfica do envelhecimento, meramente estatística ou biológica e cronológica, mas sem eliminá-las ou desconsiderá-las, e expressando as suas interrelações com os elementos socioeconômicos e socioculturais, destacamos os elementos diferenciadores e homogeneizante no envelhecimento, ao levar em consideração e acentuar as condições de vida em que os homens e mulheres envelhecem, as explorações, as opressões e subalternizações. Esse tipo de análise parte e atribui centralidade as condições materiais de existência e a historicidade.

O envelhecimento humano é um processo complexo, multidimensional, heterogêneo, vivido de formas diferenciadas, porém, isso não equivale a dizer que o envelhecimento decorre apenas da história de vida pessoal, que seja tão singular que não exista nenhuma situação comum entre eles. É possível certas universalizações, pelas condições de inserção das pessoas nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida e de envelhecer.

Como destacam Minayo e Coimbra (2002, p.14), “o envelhecimento não é um processo homogêneo, cada pessoa vivencia esta fase da vida de forma diferenciada, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia)”, esses aspectos estruturais é que permitem certas homogeneizações, sem perder as diferenças, marcadas ainda segundo os autores, a “outros a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas” (p.14).

Nessa mesma direção se destacam os estudos de Motta (1999, p.191) ao ressaltar que “ser velho é uma situação vivida em parte homoganeamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração”.

Ainda conforme Duarte (1999), Schneider e Irigaray (2008), Aragó (1995), o envelhecimento ou velhice como etapa da vida humana envolve várias idades articuladas dialeticamente, complementares ou dissonantes: idade cronológica, idade biológica, idade psicológica e idade social.

Segundo os referidos autores, a cronologia é apenas uma forma padronizada de contagem de anos vividos, um indicador com uma função referencial, mas não é uma magnitude social, psicológica ou cultural, nem é a determinante no modo de envelhecer.

Como cita Duarte (1999), “[...] o valor atribuído à idade cronológica só representa um índice global e sintético indiferenciado: é aglutinante cômodo para designar um conjunto de fatores que atuam ao longo de um transcurso temporal” (COLL, 1979; WOHLWILL, 1983 apud DUARTE, 1999, p. 41).

Como destacam Schneider e Irigaray (2008), a idade cronológica é importante, pois “biologicamente os eventos ocorrem em um período de tempo, mas não por causa dele” ou seja, não são determinados pelo tempo, mas por outros fatores preponderantes, como as condições de vida e trabalho.

Para Teixeira (2018) a demografia, com base na idade cronológica e em dados absolutos, que expressam médias, camufla e oculta a variedade, a pluralidade dos modos de envelhecer e as desigualdades oriundas dessas diferenças.

Como destaca Aragó (1995, p. 290):

não se pode atribuir somente à idade qualquer tipo de deterioro e, menos ainda será legítimo homogeneizar todo o processo de envelhecimento, unificá-lo como um todo; todavia, menos sensato será reduzi-lo ou equipará-lo a uma parte do mesmo [...]

Assim, enquanto as análises biologicistas analisam aspectos relativos a alterações fisiológicas do organismo para caracterizar o envelhecimento, também buscam associá-las as mudanças no perfil populacional, somando-se à demografia e a cronologia.

A perspectiva cronológica/demográfica se assenta na idade cronológica para definir o que se considera uma pessoa velha (países desenvolvidos a partir de 65 anos e em países em desenvolvimento a partir de 60 anos), também de forma universalizante e generalizante.

O envelhecimento biológico, fisiológico e físico, por sua vez, é definido como um fato orgânico previsto em nosso código genético, que implica deterioração, declínio, redução de funções e limitações diversas nessa etapa da vida humana.

Para Duarte (1999, p. 43),

O envelhecimento (biológico) evoca, habitualmente, mudanças físicas desagradáveis: perda de força, diminuição da coordenação e do domínio do corpo, alteração da saúde [...]. Omite as diferenças individuais, as formas como essas mudanças se relacionam com fatores do ambiente e do meio social em geral.

Além de homogeneizantes e arbitrários, o envelhecimento biológico e o demográfico/cronológico, dissociados dos fatores psicológicos e os sociais – socioeconômicos e

socioculturais - promovem visões negativas da velhice fora do contexto social, econômico, político e cultural que incidem sobre as condições de vida, sobre as trajetórias de vida e sobre o ritmo do envelhecimento biológico, do aparecimento das doenças, da deterioração, dentre outros fatores.

A tendência na produção do conhecimento sobre o envelhecimento que coloca ênfase no processo de decrepitude física ocasionada por fenômenos degenerativos naturais do organismo, em que os idosos aparecem como portadores de múltiplas doenças limitantes ou incapacitantes, se por um lado favoreceu a criação de uma consciência social de que a sociedade e o Estado deviam atuar para diminuir os impactos de tais transtornos e proteger esses sujeitos, por outro lado, ajudou a difundir estereótipos, visões depreciativa e negativas dessa fase da vida.

Essas tendências terminam por universalizar, generalizar o processo de envelhecimento, como se ele atingisse as pessoas da mesma forma, sem diferenças relevantes.

Entretanto, as pesquisas no âmbito da Gerontologia vêm avançando ao definir o envelhecimento como um processo biopsicossocial. Mas, como destaca Beauvoir (1970, p.16), “não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la”.

Em nossa compreensão o método histórico-dialético é o único capaz de dar conta dessas interrelações e mediações. A análise dos multifatores ou determinações no processo do envelhecimento, de forma histórica e dialética, permite que as análises fujam dos singularismos e dos universalismos generalizante, ao abordar como esses fatores se entrecruzam, se complementam e se articulam sob determinações da sociabilidade capitalista.

Assim, não se trata de individualizar o processo de envelhecimento, em nome da diferença e heterogeneidade, em oposição ao universalismo das análises demográficas, cronológicas e biológicas. Mas de resgatar as relações entre singularidade, particularidade e totalidade. Nas análises do envelhecimento humano trata-se de abrir-se para a diversidade e as condições históricas que possibilitam algumas homogeneizações por frações de classes e grupos, condição de gênero, etnia-raça e outras.

Como destacam Minayo e Coimbra Júnior (2008, p.15) “no interior das diferenças, no entanto, os estudos antropológicos revelam aspectos estruturais fundamentais, de tal forma que é possível transcender os particularismos culturais e encontrar traços comuns do fenômeno que poderiam ser considerados universais”, acrescentamos que se não para todos, pelo menos para os grupos de que fazem parte, pelo compartilhamento de situações de vida comuns.

Nas análises sociológicas marxistas se parte dos aspectos ontológicos, sejam naturais ou sociais, com leis gerais de funcionamento, porém dinâmicos e mutáveis, construídos

pelos sujeitos coletivos de uma sociedade, logo, históricos, sem desconsiderar que são objetivos e estruturais. Uma vez que o homem constrói a realidade, mas em circunstância dadas.

Como destaca Duarte (1999) o envelhecimento é um fenômeno universal que teve lugar em todas as épocas, culturas e civilizações. Mas, a longevidade, o desenvolvimento do que estava previsto geneticamente para a espécie humana, dependeu das condições sociais, políticas e econômicas. Ou seja, a longevidade em massa, é um fenômeno contemporâneo, uma construção social da sociedade capitalista moderna.

Ainda como destacam Minayo e Coimbra Júnior (2008), o processo biológico, que é real e pode ser reconhecidos por sinais externos do corpo, logo, ontológicos, previsto geneticamente para a espécie humana, é apropriado e elaborado simbolicamente por meio de rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social.

Nesse processo, o biológico é então recriado, ressignificado pelas práticas sociais coletivas, alterando seu percurso, sua incidência, sendo controlado, detido, ainda que temporariamente.

Como destacam os referidos autores essa apropriação simbólica e as práticas não são iguais em todas as sociedades, nem dentro de uma mesma sociedade, em diferentes tempos históricos, porque comportam diferenciações entre classes, frações de classes e grupos, segmentações de gênero e raça-etnia, e outras diferenciações.

Como destaca Motta (1999, p.192) “cada conjunto desses (gênero, classe, raça-etnia) constituem-se, numa dimensão básica da vida social, mas nenhum deles, analisados isoladamente, dar conta da sua complexidade”, pois são constitutivos das relações sociais, “inclusive porque são aspectos coextensivos, isto é, recobrem-se parcialmente uma sobre as outras” (IDEM).

Segundo Kergoat (2010), Cisne (2014) essas categorias não compõem apenas relações superpostas, adicionais ou intersecções. Elas são “consustanciadas” e “coextensivas” (KERGOAT, 2010), no sentido de que elas se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Traduzem efeitos conjugados de várias relações sociais de poder (de gênero, de classe e de raça-etnia). “Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias” (MOTTA, 1999, p.192) ou conforme Kergoat (2010, p.94) “se manifestam sob três formas canônicas: exploração, dominação e opressão”, não apenas a nível de intersubjetividade ou dos indivíduos, mas de relações sociais de produção.

Como ressalta Kergoat (2010, p.100) “é o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e constituindo-se de maneira recíproca” que melhor traduz a noção de consustancialidade e coextensividade. “Elas integram e estruturam, assim, a totalidade do campo social” (p.100).

Mas, alerta a autora “não se trata de fazer um *tour* de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um ‘nó’, no seio de uma individualidade ou de um grupo” (KERGOAT, 2010, p.100). Não se resolve pelos estudos interseccionais ou transdisciplinar, mas pelo uso de um método que permita reproduzir as mediações e determinações do real. Que se fundamenta na dinamicidade, provisoriedade e historicidade da realidade social; que permite apontar as contradições, os antagonismos, as desigualdades e as diferenças produzidas pelas relações sociais capitalistas.

Vale destacar, segundo Motta (1999, p.192) que “essas categorias expressam diferentes dinamismo segundo o tempo e o lugar”, pois tem a marca da historicidade, embora sejam estruturais, que permitem sua permanência, são também construções culturais, também passam por transformações movidas pelos sujeitos coletivos.

Assim, os atributos pessoais, as subjetividades, os modo de sentir nesta ou em outra fase da vida, as visões de mundo que caracterizam as individualidades, são construídas socialmente, culturalmente e se diferenciam ou se aproximam de acordo com a cultura, gênero, raça-etnia, o transcorrer das gerações e das condições de vida e trabalho (diferenciadas por classes e frações de classe), sendo que as desigualdades dessas condições levam e reproduzem as desigualdades no envelhecimento.

Nessa perspectiva, o envelhecimento é atravessado por demarcadores geradores de diferenças e de desigualdades, dentre eles os de classe social, de gênero/sexo, de etnia/raça e de idade/geração, que são capazes de promover homogeneização e diferenciação, que denominamos de fatores socioeconômicos e culturais, fundamentais para o entendimento do fenômeno, juntamente com os aspectos biológicos, psicológicos, cronológicos e outros.

Assim, o envelhecimento é um processo que é resultado da vida individual e social, profundamente marcado pelas desigualdades sociais, dentre elas, as de classe e fração de classe. Ou seja, Segundo Teixeira (2018) não é para todas as classes – e há diferenciação entre as frações de classes, além do fato desse membro de classe *ser idoso ou não, mulher ou homem, negro ou branco, tem tido emprego formal ou não* durante a trajetória de vida, dentre outros – que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento e de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, do político, do artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (grifos da autora).

Ainda nessa perspectiva, não é para todos que a velhice significa a melhor etapa da vida, etapa de lazer, prazer, hedonismo, de vida saudável, ativa. Visões geralmente, generalizante que negam as diferenças e desigualdades que atravessam o modo de envelhecer na sociedade capitalista.

O envelhecimento é um processo diferencial e universal, vividos de maneira variáveis e com traços comuns. A qualidade de vida na velhice, etapa da vida caracterizada

pela predominância desses sinais do envelhecimento, depende de inúmeros fatores, dentre eles a presença ou ausência de doenças e de agravos que geram necessidade de cuidados; presença ou ausência da família e de vínculos fortes entre seus membros; acesso aos bens e serviços criados por uma sociedade e, especialmente, acesso às políticas públicas na condição de direitos.

2.1 As desigualdades de classe: o envelhecimento da classe trabalhadora que compõe a superpopulação relativa

Como destaca Beauvoir (1990, p. 17) “tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice [...]”, como destaca a autora a diferenciação das velhices individuais tem também outras causas, mas sem aquela determinação se deixa de considerar o essencial, pois, “são duas categorias de velhos [...] que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretende referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar esse hiato” (p.17).

As classes comportam ainda frações de classes, formando grupos com variações. No caso da classe trabalhadora, a sociedade capitalista mobiliza e proletariza os diversos sujeitos e classes (campeinato, artesãos, pequenos burgueses e outros), mas a lei da acumulação e da concorrência entre capitalistas, com tendências de centralização e concentração de capitais, tende a busca de ampliação da produtividade pela ampliação do capital constante e redução do capital variável, no caso a composta pela classe trabalhadora, para reduzir os custos e diminuir o tempo socialmente necessário de produção das mercadorias visando ganhar a concorrência pelos mercados. Esse processo, gera, na classe trabalhadora um processo de exclusão, de enormes massas de excedentes que compõem a superpopulação relativa.

Marx (1982) diz que a superpopulação relativa existe sob formas variadas e que todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado, velho, doente ou com deficiências, dentre outras. Assume três formas predominantes: flutuante, latente e estagnada

Segundo o autor, na forma flutuante os trabalhadores vivem as inconstâncias do ciclo capitalista com seus períodos de expansão, crises e recessões, “sendo ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior, de modo que, no conjunto, aumenta a número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção” (p.743-44). A flutuante atinge os camponeses, também mobilizados pela ideologia da ascensão social capitalista e pela repulsão do campo. Como destaca Marx (1982, p.145) “Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente [...]”. A estagnada, “constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular” (p.746), compõem os trabalhadores

informais que vivem de bicos, atividades de autoconsumo cada vez maior no capitalismo atual em fase de desemprego estrutural ou de longa duração. “Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência” (idem). Ainda segundo o autor a superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos.

Entretanto, segundo Marx (1982), ainda há uma parte de superpopulação relativa que compõem o pauperismo absoluto, o que vegeta no inferno da indigência, que se constitui pelos aptos para o trabalho, mas não incluídos; os órfãos e filhos de indigentes que vivem da caridade privada ou pública; os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar, por doenças, velhice, deficiências. Esses compõem o que Marx chama de asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores, o peso morto do exército industrial de reserva, o que Teixeira (2008) denomina dos invisíveis para o capital, que por algum motivo perderam o valor de troca e de uso nessa sociedade.

Assim, o fato de ser da classe trabalhadora, na condição de possuir apenas sua força de trabalho e nem meio de produção é um critério diferenciador das condições de existência, se for inserida formalmente no mercado de trabalho de forma estável e protegido pelos direitos trabalhistas e sociais, estará sujeito ao trabalho alienado, aviltante e explorador, porém com mais estabilidade e condições de manter-se e a sua família. No caso, de constitui a superpopulação relativa, especialmente a estagnada e dos inválidos ao trabalho, o pauperismo será a marca da sua existência, seja o relativo ou absoluto.

Como destacam Borges *et al.* (2019) os negros no Brasil desde a abolição da escravidão e formação do trabalho livre passaram a constituir um contingente de reserva, sem vaga de trabalho formal, obrigando-se a servir como força de trabalho barata e superexploração. Essa situação se prorroga até os dias de hoje, citando dados da PNAD contínua de 2017, destacam nesse ano que dos 13 bilhões de brasileiros desocupados, 8,3 milhões eram pretos ou pardos (63,7%). Prova inconteste de que formam o exército de desempregados, mas também de subutilizado no mercado, inserindo em larga escala em atividades informais e no trabalho doméstico. Ainda conforme os dados da PNAD de 2017 citam que das pessoas subutilizadas no Brasil, 17,6 milhões (65,8%) eram pretos ou pardos.

Ainda segundo as autoras as mulheres negras são duplamente discriminadas: por gênero e raça, ocupam os postos mais precários no mercado de trabalho e recebem a metade do salário da trabalhadora branca.

As mulheres apesar de terem melhores índices educacionais em relação aos homens, ainda recebem menores salários em mesma ocupação que eles, tem carga de trabalho superior, se somado o trabalho produtivo e o reprodutivo, e com ampla inserção em trabalhos temporários e flexíveis. As mulheres hoje envelhecidas sofreram ainda maior discriminação tanto no acesso a escolaridade, ao mercado de trabalho, por viverem um período de maior incidência do machismo e de traços culturais que as subalternizam

e oprimem, sendo as cuidadoras em tempo integral da família. No caso das mulheres negras, no cuidado de sua família e de outras famílias como empregadas domésticas.

Envelhecer em qualquer dessas condições que compõem a superpopulação relativa (flutuante, latente, estagnada e no pauperismo absoluto) com marcas ainda da reprodução de outras desigualdades como de gênero e raça-etnia e geracional que agravará as condições de sua existência objetiva e subjetiva neste tipo de sociedade. Essas diferenças se reproduzirão na fase do envelhecimento.

Assim, é que Teixeira (2008) diz que o envelhecimento como problema social, expressão da questão social, por atingir coletivos e ser decorrente dessas estruturas geradoras de desigualdades e exclusão social, não ocorre apenas pelo crescimento do número de idosos, mas pelo modo como envelhece a classe trabalhadora. Não é para todas as classes que o envelhecimento é sinônimo de pobreza, abandono, isolamento, solidão, doenças incapacitantes que poderiam ser controladas, baixa escolaridade e renda. Essas problemáticas atingem a classe trabalhadora, especialmente, os que historicamente compuseram a superpopulação relativa.

Por muito tempo essas pessoas pobres recebiam proteção das organizações religiosas e filantrópicas. As lutas sociais da classe trabalhadora trouxeram essa problemática para a cena pública e pressionaram não apenas pelo direito a leis trabalhista protetivas, mas pela atenção pública e formas de enfrentamento dessas mazelas sociais geradas ou ampliadas pela sociedade capitalista, com os recursos do fundo público gerido pelo Estado.

Em muitos países se desenvolveu um sistema de proteção social inclusivo gerido pela lógica de justiça social e da equidade com políticas sociais, como da assistência social para os que não conseguiram contribuir para a política de previdência social.

3 | A PROTEÇÃO SOCIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No Brasil, a seguridade social, a partir da Constituição Federal de 1988, é composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, fundada nos princípios da justiça social e da equidade, logo, no direito social a proteção social. Sendo a política de saúde, normativamente universal; a política de previdência social contributiva ou semi-contributiva no caso dos trabalhadores rurais; e a política de assistências sociais para quem dela precisar, ou seja, para os em situação de vulnerabilidade ou risco social, dentre elas o de pobreza, vulnerabilidades da idade, gênero e raça-etnia, deficiências, dentre outros.

Vale ressaltar os avanços constitucionais e normativos da assistência social brasileira, dentre eles o benefício de prestação continuada – BPC para idosos e pessoas com deficiências incapacitantes para o trabalho e com família de baixa renda com acesso à renda no valor de um salário mínimo, em vigor desde 1996. Essa transferência de renda

proporcionam a ampliação da expectativa de vida entre os mais pobres, associados ao acesso, via sistema único de saúde às tecnologias da saúde, vacinas, remédios, órteses e próteses, dentre outros. E também o acesso a outras políticas públicas, como de saneamento, água canalizada e tratada. Saúde, pobreza e acesso a renda têm relações diretas com as taxas de longevidade, quanto maior a pobreza, a falta de renda, a baixa escolaridade, menor a saúde e a expectativa vida, o inverso responde pela melhoria dessas taxas.

Na previdência social a aposentadoria por idade e a aposentadoria rural possibilitou acesso à renda mínima para muitos idosos com baixa capacidade contributiva pelas suas condições de trabalho e de vida, sendo um dos determinantes na ampliação da expectativa de vida e principalmente, da sobrevivência após aposentadoria.

A assistência social historicamente ofertou proteção social a chamada superpopulação relativa, de forma pontual, esporádica, assistencialista. As mudanças começam com a CF/88 e posteriormente com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004 e a NPB/SUAS, 2015 e 2012. Os idosos, que compõem essas populações marcadas pelo pauperismo, seja os independentes ou em situação de dependência, são atendidos pela assistência social, na proteção social básica no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos -SCFV e serviço em domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Na proteção social especial de média complexidade nos serviços do PAEFI que atendem situações de violação de direitos, incluindo dos idosos e o serviços especializado em domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Na de alta complexidade, está previsto Repúblicas, Centro-Dia e Instituições de Longa Permanência.

Todavia, em 10 anos de implementação de SUAS muitos desses serviços ainda não são implementados na maioria dos municípios brasileiros. Apesar das projeções para melhoria das metas, a partir de 2016 com o governo Temer e atualmente no governo de Bolsonaro, a política de austeridade fiscal tem atingido duramente a assistência social ameaçando as conquistas, ainda que parciais e com problemas, e com um cenário de restrição do atendimento dos mais vulneráveis.

A título de exemplo o serviço em domicílio para pessoas com deficiências e idosos, já normatizado, mas ainda não implementado amplamente pelos municípios brasileiros. O SCFV para o segmento de idosos ainda não se universalizou na oferta e vem sofrendo com o corte do orçamento da assistência social, com os longos atrasos no repasse de verbas federais e com os contingenciamentos dos recursos; o BPC vem sofrendo investidas para desconstitucionalizá-lo, reduzir seu valor monetário, dificultar e restringir acessos; as unidades de acolhimento de longa permanência são ofertada, na maioria das situações, por ongs de caráter religioso ou filantrópico.

4 | CONCLUSÃO

O envelhecimento humano é marcado por heterogeneidades, entre elas as de classe, que também gera certas homogeneidades pela vivência de condições de vida e trabalho semelhantes, se não para a classe inteira, para frações dessa classe. Com destaque para os que historicamente compuseram a superpopulação relativa (flutuante, latente ou estagnada) e que na velhice vivem a situação do pauperismo, vidas sem valor para o capital e inaptos para o trabalho, pelo acometimento de doenças adquiridas pelas condições de trabalho precário, pela perda de força, resistência, e por não terem valor para o capital.

As políticas sociais que possibilitaram o aumento da expectativa de vida e sobrevivência dos mais velhos, vivem um momento estrutural e conjuntural de desmonte, de redução e cortes de recursos orçamentários, precarização e privatização. Os ataques ao BPC, aposentadoria rural e por idade no atual governo é a prova inconteste desse desmantelamento das conquistas de direitos e da responsabilidade pública de garanti-los. Ampliará o pauperismo no segmento e desampará muitos trabalhadores nesta etapa do seu ciclo de vida e com repercussão em outras etapas.

REFERÊNCIAS

- ARAGÓ, J. M. Aspectos psicosociales de la senectud. In: CARRETERO, Mario; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.). **Psicologia Evolutiva 3**: adolescência, madurez y senectud. Madri: Alianza Editorial, 1995.
- BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BORGES, J. L. de J. *et al.* Trabalho, envelhecimento e (des)proteção social: a existência do/a trabalhador/a negro/a no Brasil. In: TEIXEIRA, S.M.; CAMPELO e PAIVA, S. de O.; SOARES, N. (Orgs.). **Envelhecimento e políticas sociais em contextos de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.
- CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça” / etnia e classe: uma análise feminista materialista. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n.28, p.133 a 149, jul./dez. 2014.
- DUARTE, L. R. S. Idade cronológica: uma mera questão referencial no processo do envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v.2, p.35-47, 1999.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- MARX, K. **O Capital** - crítica de economia política. Livro 1, vol.2. 8 ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MOTTA, A. B. da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p.191-221, 1999. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51317>. Acesso em: 27 mai. 2016.
- MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 25(4), p.585-593, 2008.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento no tempo do capital**: implicações para a proteção social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O envelhecimento e as reformas no sistema de seguridade social no Brasil contemporâneo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.126-137, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020